



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

EDITAL

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/12/2024

HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO: 09:00 horas

Plataforma: <https://comprasbr.com.br/> “Acesso Identificado”

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e preço

MODO DE DISPUTA: Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Data limite para esclarecimentos e impugnações: 03/12/2024

Encaminhar esclarecimentos através do e-mail licitacaoPontalDoParana23@outlook.com

Agente de Contratação responsável: Aurea Munhoz

PREÂMBULO

Torna-se público, que o Município de Pontal do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52, sediado à Rodovia PR 407, KM 18,6 nº 215 – CEP 83255-000, por meio do Departamento de Compras e Licitação e por solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, com atuação do(a) Agente de Contratação nomeado(a) pelo Decreto nº 11.332 de 10 de outubro de 2023, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, tipo TÉCNICA E PREÇO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA COM COMPLEMENTARES, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UNIDADES LINEARES (PUL) AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO / DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (PR)”**, em consonância com a legislação vigente e condições descritas no termo de referência e demais documentos instrutores.
- 1.2. As especificações detalhadas do objeto constam do Edital e seus anexos, em particular o TERMO DE REFERÊNCIA, parte complementar do Edital que, a ele se vinculam e, igualmente, integra o rol de documentos sobre a presente licitação, os quais não poderão as informações alteradas, sob pena de desclassificação, constando orientações e dados objetivos suficientes para os interessados elaborarem suas propostas
- 1.3. **Valor total máximo: R\$ 460.380,33** (quatrocentos e sessenta mil, trezentos e oitenta reais e trinta e três centavos).



2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos endereços eletrônicos licitacaopontaldoparana23@outlook.com / ou no [portal comprasbr](#).
- 2.3.1. Esclarecimentos não serão respondidos por telefone.**
- 2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 2.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados no Sistema ComprasBR (www.comprasbr.com.br/).
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no [artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), se houver a participação.

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou **contratação de serviços em geral**, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

3.5.1. Nessa licitação, havendo a participação de ME e EPP, serão aplicados o disposto nos artigos 42 a 45 da Lei 123/2006, se for o caso.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.13. Os consórcios deverão ser compostos por, no máximo, 3 (três) pessoas jurídicas, conforme estabelecido no Artigo 15 da Lei 14133/2021:

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas. Os consórcios formados por grande número de consorciadas pode dificultar a fiscalização e a gestão contratual, sendo contraproducente tal prática. Além disso, limitar a participação de consórcios formados por até 3 (três) empresas melhora o controle e a fiscalização do contrato pela Administração, uma vez que o excesso de consorciadas poderá afetar a qualidade dos trabalhos realizados. A participação de empresas em consórcio se justifica em virtude das exigências da comprovação de experiência na execução de serviços em diversos segmentos, de forma que, no mercado, dificilmente esse requisito será atendido por uma quantidade razoável de empresas capazes de executar o objeto da contratação isoladamente, o que poderia restringir a competitividade do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 4.1. Para fins de credenciamento os interessados na participação do presente certame, deverão apresentar-se de forma “on-line”, durante a sessão pública virtual, no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, mediante aceitação eletrônica dos termos e condições do Edital, utilizando-se de chave de identificação (login) e da senha de uso pessoal.
- 4.2. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucedará as fases de apresentação de propostas e de julgamento das propostas técnicas e de preço.**
- 4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - 4.4.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
 - 4.4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de julgamento das propostas técnica e de preços.
 - 4.4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
 - 4.4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
 - 4.4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
 - 4.4.10. O credenciamento do responsável para representar os interesses da empresa junto ao sistema eletrônico de licitações, implicará definitivamente na responsabilidade legal pelos atos praticados pelo credenciado, bem como, a presunção de capacidade técnica suficiente para operacionalização do sistema e realização das transações inerentes ao referido "PROCESSO LICITATÓRIO", sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.
- 4.5. Verificadas todas as credenciais, sem conhecimento de identificação da licitante, e desde que haja interessados, será declarada iniciada a sessão pública de abertura da presente licitação, casual dos acessos providos e administrados pelo Portal de Licitações **Compras BR**, de forma que, não será aceito a partir desse momento, a admissão de novos interessados, retardatários, ou ainda, a inclusão de qualquer documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação de cada fase do procedimento licitatório.
- 4.6. A sessão pública de abertura transcorrerá de forma ininterrupta até o encerramento dos trabalhos, salvo por motivos justos, quando a mesma poderá ser suspensa por prazo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

ser definido pelo Agente de Contratação, podendo ocorrer o reinício na própria sessão, ou ainda, a posterior, para análises que se fizerem necessárias.

- 4.7. Será admitido apenas **01 (um) representante por empresa interessada**, sendo que, cada representante só poderá representar uma empresa, não cabendo em hipótese alguma, ou sob qualquer pretexto, representações múltiplas ou afiliadas.
- 4.8. Todos quantos participarem de licitação promovida pela Administração, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 4.9. O não-comparecimento de qualquer licitante e/ou representante, de forma “on-line”, durante a sessão pública virtual, no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, não impedirá que elas se realizem, não cabendo ao ausente, reclamação de qualquer natureza, ressalvando-se o direito recursal, na forma da Lei.

5. DA OPERACIONALIZAÇÃO – VIA SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1. Para a inclusão da proposta técnica e de preços e dos documentos de habilitação, por padrão, o representante credenciado, devidamente autorizado pela licitante, deverá aceitar eletronicamente o “**Termo de Credenciamento**”, “**Termo de Habilitação**” e “**Aceite de Termos**”, disponibilizados quando do acesso provido ao sistema eletrônico de licitações.
- 5.2. A documentação requerida para participação da presente licitação, deverá ser anexada obrigatoriamente ao sistema eletrônico de licitações, de acordo com o tipo do conteúdo específico para cada fase do certame, referentes à PROPOSTA DE PREÇOS, PROPOSTA TÉCNICA e aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, respectivamente, obedecendo as seguintes condições:
- a) **De acordo com o tipo do conteúdo**, a inversão da documentação requerida, implicará sumariamente na desclassificação e/ou inabilitação da licitante, no presente certame.
 - b) **O prazo máximo** para envio da proposta de preços será de até **10 (dez) minutos**, imediatamente anteriores à data de sua apresentação.
 - c) **Em situações excepcionais**, a critério do Agente de Contratação, e para fins comprobatórios, o envio da documentação requerida poderá ser solicitada, a qualquer tempo, durante as sessões públicas virtuais, quando e sempre que necessário.
- 5.3. Toda documentação requerida para participação da presente licitação, inclusive, as declarações formais, à exemplo de que tratam os ANEXOS do Edital, sempre que remetidos via sistema eletrônico de licitações, deverão constar devidamente assinados, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação da licitante que o fez.
- 5.4. É de responsabilidade exclusiva de cada usuário, o sigilo de sua senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente pela licitante e/ou seu credenciado, não cabendo, em hipótese alguma, ao provedor do sistema eletrônico de licitações e nem ao Licitador/Agente de Contratação, sobre a responsabilidade por eventuais danos decorrentes pelo uso indevido (login e senha), ainda que por terceiros.
- 5.5. Caberá à interessada acompanhar todas as operações realizadas via sistema eletrônico de licitações, durante as sessões públicas virtuais, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância e/ou desídia de quaisquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

mensagens emitidas pelo próprio sistema, ou ainda, qualquer outro motivo que resulte a desconexão da licitante.

- 5.6. Na hipótese de necessidade de suspensão para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de erros e/ou falhas não-substanciais da **PROPOSTA DE PREÇOS, PROPOSTA TÉCNICA** ou dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico de licitações, com no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, devendo a ocorrência ser registrada na circunstanciada ata.
- 5.7. Toda e qualquer comunicação com o Agente de Contratação, se dará somente via **“chat”** do sistema eletrônico de licitações, no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, vedada quaisquer tentativas, atitudes e/ou outros meios, que não sejam oficiais ou de costume, sob pena de não ser conhecido

6. DO CONTEÚDO – PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. Para fins da proposta de preços, a proponente deverá, em campo próprio, devidamente disponível, sob pena de desclassificação, remetidos obrigatoriamente via sistema eletrônico de licitações, de forma **“on-line”**, no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, apresentar em **papel timbrado da empresa, formulário próprio** e conforme **modelo do ANEXO I**, devidamente assinada pelo responsável legal, contendo, no mínimo, todos os requisitos abaixo, consistentes em:
- 6.1.1. Razão social, endereço, dados para contato e/ou informações complementares.
- 6.1.2. Dados bancários: conta, agência, código e nome da instituição (preferencial).
- 6.1.3. Número do processo e da licitação.
- 6.1.4. Descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA;
- 6.1.5. Preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional brasileira (R\$), verificado à data de sua apresentação, contendo todas as despesas financeiras, inclusive as legais e/ou adicionais, incidentes sobre o objeto licitado, respeitado os anexos complementares, quando for o caso.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os decorrentes de eventual negociação entre o agente de contratação e o licitante, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o TERMO DE REFERÊNCIA,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.10. Toda e qualquer representação numérica da proposta de preços, seja monetária (R\$), taxas e/ou percentuais (%), deverão ser apresentadas obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob a forma decimal e somente com até **02 (dois) dígitos após a vírgula**, desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamento.
- 6.11. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- 6.12. Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo bastante para a desclassificação da proposta de preços, a critério da Administração, para tanto, a qual poderá ser ajustada pela proponente, no prazo máximo indicado Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do valor global proposto.

7. DO CONTEÚDO – PROPOSTA TÉCNICA

- 7.1. A elaboração da Proposta Técnica deverá ser norteada pelos documentos instrutores da licitação. Deverá ser subdividida conforme os itens e subitens apresentados a seguir, devendo ser evitadas duplicidades e/ou não-pertinências.

7.1.1. Experiência da Empresa

- I. A Proponente deverá apresentar quadro-resumo, conforme Modelo B, indicando os atestados que comprovarão sua capacidade técnica e que deseja considerar para a pontuação, incluindo:
- ✓ Empresa contratante; número do atestado; número da ART; ou similar no respectivo conselho de classe; objeto de contratação; CNPJ da Contratante Principal, unidades e parcelas de acordo com o subitem 7.1.1. - II.
 - ✓ Na sequência devem ser anexados os respectivos atestados técnicos com clara indicação dos itens/unidades e quantitativos a serem considerados para a pontuação. A experiência da empresa **não deve ser descrita em texto, apenas resumida no quadro resumo e anexadas as comprovações por meio de atestados.**
- II. Os **atestados técnicos**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devem ser em nome da Proponente e atender às exigências da resolução 1025/09 do CONFEA ou a legislação do respectivo conselho de classe, comprovando a experiência na execução de trabalhos de mesma natureza, com complexidade técnica equivalente ou superior, em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância do objeto da presente Licitação, discriminadas no quadro abaixo:

Elaboração de projeto básico OU de projeto de engenharia OU de projeto executivo de Estação Elevatória de Esgoto para população igual ou superior 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s;

Elaboração de projeto de unidades lineares de sistema de esgotamento sanitário, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

diâmetro igual ou superior a DN 150 mm e extensão mínima de 8.700 metros.
Unidades lineares: rede coletora de esgoto, coletores tronco, interceptores e emissários.
A comprovação da **elaboração de projeto de unidades lineares** deverá conter os elementos técnicos suficientes e necessários para licitar e executar obras lineares, contendo os serviços listados a seguir ou tecnicamente correspondentes:

- ✓ ordens de serviço de execução e/ou levantamento topográfico planialtimétrico (planta e perfil com monumentação de vértices / estacas);
- ✓ planilhas de dimensionamento hidráulico e/ou arquivo de modelagem hidráulica com software específico;
- ✓ detalhes construtivos, desenhos e demais peças gráficas;
- ✓ levantamento quantitativo de materiais e serviços e/ou orçamento de serviços e materiais hidráulicos;
- ✓ demais elementos complementares: relatório, memoriais, geotecnia/sondagens, elementos de legalização.

Elaboração de Projeto Estrutural em concreto armado ou em concreto protendido para unidades de sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou para instalações industriais, **contendo:** Estação Elevatória ou de Tratamento para população igual ou superior 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s;

Elaboração de Projeto Geotécnico para unidades de sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou de instalações industriais, **contendo:** Estação Elevatória ou de Tratamento para população igual ou superior 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s

Elaboração de projeto elétrico ou de automação para sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou para instalações industriais, contendo:

- ✓ Estação Elevatória ou de Tratamento para população igual ou superior 15.200 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s **OU** entrada de serviço trifásico em baixa tensão com corrente nominal igual ou maior que 100 A;
- ✓ Motobomba com potência igual ou superior a 5 cv;
- ✓ Quadro de automação ou força ou comando ou CCM;
- ✓ Sensor de pressão ou vazão ou nível.

III. Os atestados técnicos devem fornecer informações necessárias e suficientes para que a Comissão possa avaliar as experiências requeridas, representadas pelas **parcelas de maior relevância e valor significativo da licitação.**

- ✓ Para demonstrar o cumprimento das características equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância e valor significativo, a proponente se utilizará dos atestados técnicos nos quais constem os quantitativos executados em trabalhos anteriores, desde que atendam às exigências mínimas descritas.
- ✓ Sob nenhuma hipótese serão admitidos somatórios de quantitativos para demonstrar o cumprimento das características que atendam às condições previstas no quadro acima.

IV. Para demonstrar o cumprimento das unidades constantes das parcelas de maior relevância e valor significativo definidas no item 7.1.1. - II (por exemplo: captação, elevatória, rede coletora de esgoto, estação de tratamento e outros), a proponente poderá agrupar atestados técnicos de contratos diversos, desde que atendam, individualmente, as características das condições previstas no quadro do referido item.

V. Para um único atestado contendo diversos serviços de engenharia, cada serviço será considerado como 1 atestado desde que cada serviço de engenharia isoladamente atenda às exigências descritas no quadro pertencente ao item 7.1.1. - II. A Proponente deverá destacar os itens/serviços e respectivos quantitativos que deseje



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- considerar para a pontuação no presente Edital e indicá-los conforme quadro resumo (Modelo A).
- VI. Para atestados técnicos de serviços diversos, a Proponente deverá destacar os itens/unidades e respectivos quantitativos que deseja considerar para a pontuação no presente Edital, e indicá-los claramente no quadro-resumo (Modelo A).
- VII. **Para atestados técnicos de trabalhos realizados sob o regime de Consórcio**, por meio de subcontratação, por meio de trabalhos de múltiplas atividades realizadas por equipes multidisciplinares ou originados de contratos entre empresas e/ou profissionais de serviços especializados caracterizando a terceirização de parte do objeto contratado, a Proponente deverá apresentar atestado no qual esteja demonstrada a parte condizente com a sua autoria (artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/66). **Deve anexar documento complementar ao atestado, quando necessário**, referente a execução dos serviços, permitindo à Comissão avaliar os registros comprobatórios de execução individualizada pela Proponente no total dos serviços indicados no atestado (indicação por item/serviço executado ou a quantidade/proporcionalidade de participação/execução pela Proponente) para a comprovação da experiência, com detalhamento das parcelas de maior relevância e valor significativo. A falta do detalhamento no atestado dos itens e/ou quantitativos/proporcionalidade dos serviços executados pela Proponente e a não apresentação de documento complementar (quando necessário) indicando os serviços efetivamente executados pela Proponente não permitirá à Comissão avaliar o cumprimento do item 7.1.1. - II, e, portanto, implicará na desconsideração do respectivo documento para a pontuação. A Comissão de avaliação poderá, a seu critério, a qualquer momento, solicitar de qualquer Proponente esclarecimentos sobre documentos incluídos na proposta técnica.
- VIII. Para **atestados técnicos** de trabalhos referentes a contratos realizados em subcontratação e/ou de serviços especializados terceirizados, **somente serão aceitos atestados que tenham sido emitidos diretamente pela contratante principal**. Documentos com informações complementares ratificando as parcelas executadas e/ou as demais informações do atestado, **só serão aceitos se emitidos pela contratante principal**. O não atendimento a essa exigência implicará na desconsideração do atestado e **não pontuação** da Proponente.

7.2. Composição e Capacidade da Equipe Técnica Mínima

- 7.2.1. A Proponente deverá indicar os dados relativos à composição da Equipe Técnica Mínima exigida e comprovação de sua capacidade técnica por meio de quadro-resumo, conforme Modelo B, contendo a relação nominal dos profissionais que a integrarão e com indicação das funções no desenvolvimento dos serviços (Engenheiro Sênior, Engenheiro Pleno, Engenheiro Júnior, entre outros, listados no item 7.2.2)
- 7.2.2. A Equipe Técnica Mínima deverá ser composta pelos profissionais indicados no quadro abaixo:

Função	Número de Profissionais	Comprovação da Experiência Profissional Equipe Técnica Mínima
Engenheiro Civil Pleno ou Engenheiro Sanitarista	1	Deverá ser indicado um profissional que tenha experiência comprovada em: ✓ Elaboração de projeto básico ou de projeto de engenharia ou de projeto executivo de Estação Elevatória de Esgoto para população igual ou superior 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s; ✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

Pleno		<p>Elaboração de projeto de unidades lineares, de sistema de esgotamento sanitário, de diâmetro igual ou superior a DN 150 mm e extensão mínima de 8.700 metros.</p> <p>(*) Unidades lineares: rede coletora de esgoto, coletores tronco, interceptores e emissários.</p> <p>A comprovação da elaboração de projeto de unidades lineares deverá conter os elementos técnicos suficientes e necessários para licitar e executar obras lineares, contendo os serviços listados a seguir ou tecnicamente correspondentes:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ ordens de serviço de execução e/ou levantamento topográfico planialtimétrico (planta e perfil com monumentação de vértices / estacas);✓ planilhas de dimensionamento hidráulico e/ou arquivo de modelagem hidráulica com software específico;✓ detalhes construtivos, desenhos e demais peças gráficas;✓ levantamento quantitativo de materiais e serviços e/ou orçamento de serviços e materiais hidráulicos;✓ demais elementos complementares: relatório, memoriais, geotecnia/sondagens, elementos de legalização.
Engenheiro Civil Pleno – Projeto Estrutural	1	<ul style="list-style-type: none">✓ Deverá ser indicado um profissional que tenha experiência comprovada em Elaboração de Projeto Estrutural em concreto armado ou em concreto protendido para unidades de sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou para instalações industriais, contendo tanque* com capacidade igual ou superior a 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s;
Engenheiro Civil Pleno – Projeto Geotécnico	1	<ul style="list-style-type: none">✓ Deverá ser indicado um profissional que tenha experiência comprovada em Elaboração de Projeto Geotécnico para unidades de sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou de instalações industriais, contendo tanque* com capacidade igual ou superior a 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s;
Engenheiro de Elétrica Pleno – Projeto Elétrico e de Automação	1	<ul style="list-style-type: none">✓ Deverá ser indicado um profissional que tenha experiência comprovada em elaboração de projeto elétrico ou de automação para sistema de saneamento (abastecimento de água ou esgotamento sanitário), ou para instalações industriais, contendo:<ul style="list-style-type: none">✓ Estação Elevatória ou de Tratamento para população igual ou superior 7.600 habitantes ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s ou vazão igual ou superior a 4,75 l/s OU Entrada de serviço trifásico em baixa tensão com corrente nominal igual ou maior que 100 A;✓ Motobomba com potência igual ou superior a 2,5 cv;

7.2.2.1. Os profissionais solicitados no quadro acima, deverão apresentar comprovante de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA, quando início do contrato.

7.2.3. A Proponente deverá apresentar quadro-resumo, **conforme Modelo B**, indicando os atestados que comprovarão sua capacidade técnica e que deseja considerar para a pontuação, incluindo:

- I. Empresa contratante, número do atestado, número da ART, ou similar no respectivo conselho de classe, objeto de contratação, CNPJ da Contratante Principal, unidades e parcelas de acordo o quadro acima.
- II. Na sequência devem ser anexados os respectivos **atestados técnicos** com clara indicação dos itens/unidades e quantitativos a serem considerados para a pontuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- III. A experiência da empresa **não deve ser descrita em texto**, apenas resumida no quadro-resumo e **anexadas as comprovações por meio de atestados**.
- 7.2.4. Os **atestados técnicos**, fornecidos por pessoa **jurídica de direito público ou privado**, devem ser em nome da Proponente e atender às exigências da resolução 137/2023 do CONFEA ou a legislação do respectivo conselho de classe, comprovando a experiência na execução de trabalhos de mesma natureza, com complexidade técnica equivalente ou superior, em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância do objeto da presente Licitação, conforme o disposto no artigo 46 do RILC e art. 58, inciso II da Lei 13.303/2016.
- 7.2.5. Os atestados técnicos devem fornecer informações necessárias e suficientes para que a Comissão possa avaliar as experiências requeridas, representadas pelas **parcelas de maior relevância e valor significativo da licitação**.
- 7.2.6. Para demonstrar o cumprimento das características equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância e valor significativo, a Proponente se utilizará dos atestados técnicos nos quais constem os quantitativos executados em trabalhos anteriores, desde que atendam às exigências mínimas descritas.
- 7.2.7. Sob nenhuma hipótese serão admitidos somatórios de quantitativos para demonstrar o cumprimento das características que atendam às condições previstas no quadro pertencente ao item 7.2.2.
- 7.2.8. Para demonstrar o cumprimento das unidades constantes das **parcelas de maior relevância e valor significativo definidas no item 7.2.2. (por exemplo: captação, elevatória, rede coletora de esgoto, estação de tratamento e outros)**, a Proponente poderá agrupar atestados técnicos de contratos diversos, desde que atendam, individualmente, as características das condições previstas no quadro do referido item.
- 7.2.9. Para um único atestado contendo diversos serviços de engenharia, cada serviço será considerado como 1 atestado desde que cada serviço de engenharia isoladamente atenda às exigências descritas no quadro pertencente ao item 7.2.2. A Proponente deverá destacar os itens/serviços e respectivos quantitativos que deseja considerar para a pontuação no presente Edital e indicá-los conforme quadro-resumo (Modelo B).
- 7.2.10. Para atestados técnicos de serviços diversos, a Proponente deverá destacar os itens/unidades e respectivos quantitativos que deseja considerar para a pontuação no presente Edital, e indicá-los claramente no quadro-resumo (Modelo A).
- 7.2.11. Para atestados técnicos de trabalhos realizados sob o **regime de Consórcio**, por meio de subcontratação, por meio de trabalhos de múltiplas atividades realizadas por equipes multidisciplinares ou originados de contratos entre empresas e/ou profissionais de serviços especializados caracterizando a terceirização de parte do objeto contratado, a Proponente deverá apresentar atestado no qual esteja demonstrada a parte **condizente com a sua autoria** (artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/66). Deve anexar documento complementar ao atestado, quando necessário, referente a execução dos serviços, permitindo à Comissão avaliar os registros comprobatórios de execução individualizada pela Proponente no total dos serviços indicados no atestado (indicação por item/serviço executado ou a quantidade/proporcionalidade de participação/execução pela Proponente) para a comprovação da experiência, com detalhamento das parcelas de maior relevância e valor significativo. A falta do detalhamento no atestado dos itens e/ou quantitativos/proporcionalidade dos serviços executados pela Proponente e a não apresentação de documento complementar (quando necessário) indicando os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

serviços efetivamente executados pela Proponente não permitirá à Comissão avaliar o cumprimento do item 7.2.2, e, portanto, implicará na desconsideração do respectivo documento para a pontuação. A comissão, a seu exclusivo critério, poderá, a qualquer momento, solicitar de qualquer Proponente esclarecimentos sobre documentos incluídos na proposta técnica.

- 7.2.12. Para atestados técnicos de trabalhos referentes a contratos realizados em subcontratação e/ou de serviços especializados terceirizados, somente serão aceitos atestados que tenham sido emitidos diretamente pela contratante principal. Documentos com informações complementares ratificando as parcelas executadas e/ou as demais informações do atestado, só serão aceitos se emitidos pela contratante principal. O não atendimento a essa exigência implicará na desconsideração do atestado e na não pontuação da Proponente.
- 7.2.13. A Proponente deverá indicar os dados relativos à composição da Equipe Técnica Mínima exigida e comprovação de sua capacidade técnica por meio de quadro-resumo, conforme Modelo C, contendo a relação nominal dos profissionais que a integrarão e com indicação das funções no desenvolvimento dos serviços (Engenheiro Sênior, Engenheiro Pleno, Engenheiro Júnior, etc.).
- 7.2.14. A Equipe Técnica Mínima deverá ser composta pelos profissionais indicados no quadro constante do subitem 7.2.2.
- 7.2.15. Apresentação de **Atestados Técnicos** com as respectivas **Certidões de Acervo Técnico (CATs)** de cada profissional da equipe técnica mínima, com exceção do eng.º júnior e técnico (quando indicados), comprovando a experiência em trabalhos de mesma natureza, com complexidade técnica equivalente ou superior, em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância do objeto da presente Licitação, compatíveis com as atribuições legais do Profissional e conforme o disposto no artigo 46 do RILC e art. 58, inciso II da Lei 13.303/2016
- 7.2.16. Para cada profissional de nível superior, será adotada como definição:
- ✓ Júnior - até 5 anos de formado;
 - ✓ Pleno - acima de 5 anos e até 10 anos de formado;
 - ✓ Sênior - acima de 10 anos de formado.
- 7.2.16.1. Caso seja apresentado profissional de categoria superior à exigida, o mesmo será pontuado conforme a categoria exigida.
- 7.2.17. Não será permitida a indicação de um mesmo profissional para integrar a equipe técnica mínima de mais de uma Proponente, sob pena de desclassificação.
- 7.2.18. O profissional exigido na equipe técnica mínima para o desenvolvimento dos trabalhos e cumprimento dos prazos, quando for profissional legalmente habilitado e com acervo técnico para atuar em mais de uma especialidade, pode ser indicado em uma ou mais especialidades. Deve ser apresentado acervo técnico com respectivo atestado técnico para cada especialidade.
- 7.2.19. **Certidão de Registro de Pessoa Física** expedida pelo **CREA**, ou pelo respectivo **conselho de classe**, dos Responsáveis Técnicos pelos serviços e Corresponsáveis.
- 7.2.20. **Comprovação de tempo de formação da Equipe Técnica Mínima** mediante **apresentação de cópia de documento** onde conste a data da graduação do profissional para cada membro da equipe.
- 7.2.21. Apresentação de fotocópias autenticadas de certificados de conclusão de **cursos de pós-graduação “Latu Sensu”** em nível de especialização com comprovação de carga horária mínima de 360 horas ou de cursos de pós-graduação “**Stricto Sensu**” de mestrado e/ou doutorado por meio de Diploma, dos profissionais da Equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

Técnica Mínima (com exceção do engenheiro júnior). **Os Certificados e Diplomas devem ser específicos da área do objeto da presente licitação ou estar relacionados à formação acadêmica e atribuições legais do profissional.** Se necessário, deve ser apresentado documento complementar demonstrando a especificidade com o objeto da licitação ou com a formação acadêmica e atribuições legais do profissional.

7.2.22. A fim de evitar dispêndios desnecessários e facilitar as tarefas da Comissão Julgadora, a Proponente deverá procurar limitar-se a apresentar os documentos exigíveis para pontuação. No entanto, caso ainda assim optar por juntar documentos extras deverá apresentá-los separadamente e no final da proposta.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 8.4. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa fechado, de modo que as propostas apresentadas pelas licitantes permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.
- 8.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.6. Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.6.1. O critério previsto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preço.
- 8.7. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação às propostas do licitante mais bem classificado.

9. DA FASE DE JULGAMENTO – PROPOSTA TÉCNICA

- 9.1. Aberta a sessão, levando-se em conta o disposto no § 2º, do art. 36, da Lei Federal nº 14.133/2021, será dado o início à fase de julgamento das Propostas Técnicas.
- 9.2. A análise das Propostas Técnicas será realizada com base nos documentos apresentados conforme definido no item 7.1.1 - II. Por meio da análise dos documentos apresentados nos itens 7.1.1 - II. e 7.2.2, será atribuída às proponentes a **NOTA TÉCNICA – NT**.
- 9.3. O resultado final será considerado com 2 casas decimais, mediante arredondamento.
- 9.4. **Experiência da Empresa: máximo 20 pontos**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

9.4.1. A pontuação referente à Experiência da Empresa será atribuída conforme abaixo:

Experiência da Empresa	Pontuação	Critérios de Pontuação
1 atestado	10	A capacidade técnica da empresa será julgada conforme o número de atestados técnicos apresentados em conformidade com as exigências legais e que atendam ao disposto no item 7.1.1 - II deste Edital.
2 atestados	20	Mesmo nos casos nos quais o quantitativo da parcela supere o exigido no item 7.1.1 - II, para efeito de pontuação o atestado será considerado uma única vez.

9.5. Experiência da EQUIPE TÉCNICA: máximo 80 pontos

9.5.1. Será atribuída a nota NET à equipe técnica mínima da Proponente que levará em consideração o grau de experiência adequado aos serviços, o tempo de formação acadêmica e o nível de formação, sendo este em termos de cursos de extensão (especialização, mestrado e doutorado). Assim, a nota NET será composta pelo **somatório de 3 notas distintas**, conforme segue:

$NET = NE + NTF + NNF$	Onde: NET: Nota da Equipe Técnica Total. NE: Nota de Experiência 60 pontos NTF: Nota por Tempo de Formação 15 pontos NNF: Nota por Nível de Formação..... 05 pontos
------------------------	--

9.5.2. Nota de Experiência (NE)

- I. **A Nota de Experiência (NE)** será a média aritmética entre o somatório das notas atribuídas para cada profissional pontuado da equipe técnica mínima e o número total de profissionais pontuados exigidos na equipe técnica mínima.

$NE = \frac{NE(p1) + NE(p2) + NE(p3) + \dots + NE(pn)}{n}$	Onde: NE: Nota de Experiência. NE(p1, p2, pn): Nota de Experiência dos profissionais pontuados de 1, 2 até n. n: número total de profissionais pontuados exigidos na equipe técnica mínima.
--	--

- II. Para cada profissional da equipe técnica mínima exigida, com exceção do Engenheiro Júnior e técnico (quando indicados), será atribuída uma nota em função do número de atestados técnicos e respectivas certidões de acervo técnico – CATs apresentados, e que estejam em conformidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo:

- ✓ 1 atestado com CAT: **40 pontos**
- ✓ 2 atestados com CATs: **50 pontos**
- ✓ 3 atestados com CATs: **60 pontos**
- ✓ 4 atestados com CATs: **70 pontos**
- ✓ 5 atestados com CATs: **80 pontos**
- ✓ 6 atestados com CATs: **100 pontos**

- III. Nos casos em que o quantitativo da parcela supere o exigido no item 9.5.4, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

efeito de pontuação o atestado com sua respectiva CAT serão considerados uma única vez.

9.5.3. Nota por Tempo de Formação (NTF)

- I. Para todos os profissionais de nível superior da equipe técnica mínima exigida será atribuída uma nota em função do tempo de formação, considerando a data em que o profissional foi graduado em relação à data da abertura da Proposta Técnica, conforme segue:

Até 2 anos.....	1,0 pontos
Superior a 2 e até 3 anos.....	2,0 pontos
Superior a 3 e até 4 anos.....	3,0 pontos
Superior a 4 e até 5 anos.....	4,0 pontos
Superior a 5 e até 6 anos.....	5,0 pontos
Superior a 6 e até 7 anos.....	6,0 pontos
Superior a 7 e até 8 anos.....	7,0 pontos
Superior a 8 e até 9 anos.....	8,0 pontos
Superior a 9 e até 10 anos.....	9,0 pontos
Superior a 10 e até 11 anos.....	10,0 pontos
Superior a 11 e até 12 anos.....	11,0 pontos
Superior a 12 e até 13 anos.....	12,0 pontos
Superior a 13 e até 14 anos.....	13,0 pontos
Superior a 14 e até 15 anos.....	14,0 pontos
Superior a 15 anos.....	15,0 pontos

- II. Caso seja apresentado profissional de categoria superior à exigida no item 7.1.1, o mesmo será pontuado conforme a categoria exigida.

- III. Serão somadas as notas individuais atribuídas a cada profissional (S1), assim como as respectivas notas máximas em função da categoria (S2), conforme abaixo:

$$S1 = NTF(p1) + NTF(p2) + NTF(p3) + \dots + NTF(pn)$$

$$S2 = NTFmáx(p1) + NTFmáx(p2) + NTFmáx(p3) + \dots + NTFmáx(pn)$$

Onde:

S1: Somatório das notas por tempo de formação de cada profissional.

NTF(p1, p2, pn): Nota por Tempo de Formação dos profissionais 1, 2 até n.

S2: Somatório das notas máximas por tempo de formação de cada profissional.

NTFmáx(p1, p2, pn): Nota máxima por Tempo de Formação dos profissionais 1, 2 até n.

n: número total de profissionais da equipe técnica mínima.

9.5.4. Notas Máximas por Tempo de Formação do Profissional:

- I. A Nota por Tempo de Formação (NTF) será correspondente à relação entre a primeira soma e a segunda soma, multiplicada pelo número máximo de pontos referente a tal quesito (15 pontos).

$$NTF = (S1 / S2) * 15$$

- ✓ Júnior.....nota máxima 4,0 pontos.
✓ Pleno.....nota máxima 9,0 pontos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

✓ Sênior.....nota máxima 15,0 pontos.

9.5.5. Nota por Nível de Formação (NNF)

- I. Para cada profissional de nível superior da equipe técnica mínima exigida, com exceção do Engenheiro Júnior (quando exigido), será atribuída uma nota em função do nível de formação, considerando-se cursos de especialização “Latu Sensu” e/ou pós-graduação “Stricto Sensu”, com comprovação de que sejam específicos da área do objeto da licitação ou relacionados à formação e atribuições legais do profissional.
- II. Para o curso de pós-graduação “Latu Sensu” em nível de especialização é necessária a comprovação por meio do Certificado emitido pela instituição responsável pelo curso, conforme Artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 1 de 08 de junho de 2007. O Certificado deve ser obrigatoriamente registrado pela instituição e mencionar a área de conhecimento do curso, atendendo às exigências estabelecidas nessa Resolução e comprovando a carga horária mínima de 360 horas estabelecida em seu Artigo 5º.
- III. Para os cursos de pós-graduação “Stricto Sensu” – de mestrado e/ou doutorado é necessária a comprovação por meio do Diploma emitido pela instituição responsável pelo curso. O diploma deve ser obrigatoriamente registrado pela instituição, deve mencionar a área de conhecimento do curso e a área de concentração, atendendo às exigências estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1 de 03 de abril de 2001 e Resolução CNE/CES nº 24 de 18 de dezembro de 2002. Caso o profissional apresente diploma de conclusão de curso de pós-graduação “Stricto Sensu” expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior, para ser aceito e pontuado, é necessária a apresentação da comprovação da revalidação ou do reconhecimento do diploma de pós-graduação, e do registro do apostilamento deste diploma pela universidade responsável pelo reconhecimento, nos termos da Resolução CNE/CES nº 3 de 22 de junho de 2016.
- IV. Para o caso de profissionais com acúmulo de títulos, não serão considerados os acúmulos e a nota será atribuída pelo título de maior pontuação.
- ✓ Especialista.....1,0 pontos
✓ Mestre.....2,5 pontos
✓ Doutor.....5,0 pontos
- V. A Nota por Nível de Formação (NNF) será a média aritmética entre o somatório das notas atribuídas para cada profissional pontuado da equipe técnica mínima e o número total de profissionais pontuados exigidos na equipe técnica mínima.

$$NNF = \frac{NNF(p1) + NNF(p2) + NNF(p3) + \dots + NNF(pn)}{n}$$

Onde:

NNF: Nota por Nível de Formação.

NNF(p1, p2, pn): Nota por Nível de Formação dos profissionais pontuados 1, 2 até n.

n: número total de profissionais pontuados exigidos na equipe técnica mínima.

- VI. Se não for apresentada nenhuma comprovação de Nível de Formação será atribuída pontuação zero para este item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

9.5.6. As **Propostas Técnicas serão desclassificadas** caso não atendam às condições exigidas pelo Edital e ou que não pontuem em qualquer destes:

- I. Não atinjam 50% do máximo de pontos previstos - Composição e Capacidade da Equipe Técnica Mínima ou que não apresentem a comprovação de experiência exigida para algum dos profissionais solicitados na Equipe Técnica Mínima.
- II. Não atinjam a Nota Técnica (NT) mínima de 60 pontos.

9.6. Caso haja empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.7. O critério previsto no inciso I do Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021 será aplicado apenas com relação à proposta de preço.

9.8. Será designada uma Comissão Técnica para avaliar as propostas de técnica e de preço das licitantes.

9.8.1. A comissão será composta pelos seguintes membros:

- I. FABIANO BOESE CECON (Engenheiro Civil),
- II. MAIKON NASCIMENTO DO AMARANTE (Engenheiro Civil)
- III. DANIEL ALEXANDRE LAINEQUER (Engenheiro Ambiental)

10.DA FASE DE JULGAMENTO – PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. O julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO será realizado com base na NOTA DE PROPOSTA DE PREÇO (NP), formulada abaixo, obtida por meio da ponderação entre as propostas de preço do certame (através da truncagem do valor para que apresente **duas casas decimais**), e desta maneira, a pontuação da proposta de menor preço será igual a 100,00, enquanto as demais Proponentes receberão notas diretamente proporcionais em relação àquela, observando:

$NP = \frac{100 * Po}{Pn}$	NP: Nota de Proposta de Preços. PO: Menor Preço Proposto. Pn: Preço Proposto.
----------------------------	--

10.2. As propostas de preço serão julgadas com base nos preços delas constantes, nos prazos de execução dos serviços e de validade das propostas, estipulados pelo termo.

10.3. Caso haja discrepância de valor entre a forma numérica e a forma por extenso do preço total final proposto será considerado o valor por extenso.

10.4. A Proponente deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta caso solicitado pela Comissão de Licitação.

10.5. A Proponente que estabelecer prazo inferior a 180 dias de validade da proposta terá sua proposta desclassificada, caso a impropriedade não seja sanada.

10.6. A aceitabilidade da proposta de preços, será aferida a partir dos preços de mercado, unitário e total, oportunos na data da sua apresentação, apurados mediante a oferta apresentada à Administração, juntada aos autos do processo por ocasião do julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 10.7. Os valores das propostas ofertadas para fins de contratação, **obrigatoriamente, deverão ser iguais ou inferiores aos preços unitários e global estimados**, considerando o valor ofertado a critério do licitante.
- 10.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus respectivos anexos.
- 10.9. Para a composição da proposta deverão ser observados, no que couber, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, objeto da presente contratação, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, tais como: vale transporte, vale alimentação ou outros benefícios legais concedidos; deslocamento e traslado para a realização dos serviços; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; lucro praticado pela licitante; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas e operacionais, entre outros.
- 10.10. Nos casos de possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços, não poderão, em nenhuma hipótese, sob qualquer alegação, constituir pretexto para a licitante vencedora alterar a composição de seus preços unitários após a contratação.
- 10.11. Não será levada em consideração para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista no edital e anexos, ou baseada nas propostas dos demais licitantes.
- 10.12. Somente poderão ser apresentadas propostas que contemplem a totalidade do objeto licitado, obedecendo todos os quantitativos propostos e o critério de julgamento disposto no preâmbulo do Edital, não sendo admitida, em hipótese alguma, a apresentação de "proposta parcial" ou que se caracterize em parcelas do objeto, ou de quantitativos inferiores aos da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL.**
- 10.13. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.14. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.14.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 10.14.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
 - 10.14.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 10.14.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 10.14.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.15. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.15.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 10.15.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 10.15.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.16. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.18. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais(ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.
- 10.19. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 10.19.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.19.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.20. O Agente de Contratação/Comissão deverá realizar avaliação sobre o potencial sobrepreço relativo à proposta de preço e, uma vez constatado o risco de sobrepreço, deverá negociar condições mais vantajosas com o licitante.
- 10.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.20.3. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao valor ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.20.4. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido no subitem retro, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 10.21. **Critérios de Julgamento para Microempresas/Empresas de Pequeno Porte:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 10.21.1. Após o término da análise das propostas técnica e de preços, as microempresas ou empresas de pequeno porte que obtiverem média final até 10% (dez por cento) inferior à melhor média obtida terão a oportunidade, se houver interesse, de apresentar nova Proposta de Preço, de valor inferior, de maneira que obtenham melhor média final.
- 10.21.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta. A manifestação deverá ocorrer via chata, no prazo de 05 minutos após a convocação do Agente de Contratação, caso a proponente não tenha representante legal na sessão, esta decairá do direito.
- 10.21.3. No caso da microempresa ou da empresa de pequeno porte não ter interesse em apresentar nova proposta, ou que não tenha representante na sessão pública, a empresa subsequente, ou seja, empresa que esteja apta a utilizar o disposto na Lei Complementar 123/06 e suas atualizações, poderá fazê-lo nas mesmas condições.
- 10.21.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte que deixar de declarar via sistema, sua Proposta de Preços a declaração de ME ou EPP, decairá do direito de ser tratada como tal.

11. DA NOTA FINAL CLASSIFICATÓRIA

- 11.1. Em consonância com o art. 33 da nº 14.133/2021, para a definição do licitante provisoriamente **VENCEDOR** do certame diante da adoção do critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**, busca-se a proposta mais vantajosa apresentada do licitante que, cumprindo o exigido no Edital, apresente a maior média ponderada das valorizações da **PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS**.
- 11.2. A Comissão atribuirá a cada proposta uma NOTA FINAL classificatória pela aplicação da fórmula:

$MF = (7 \times NT) + (3 \times NP) / 10$	Onde: MF = Média final; NT = Nota final da proposta técnica; NP = Nota da proposta de preços;
---	---

I. Pesos definidos:

- ✓ para a **Proposta Técnica, peso 7 (sete)**
- ✓ para a **Proposta de Preços, peso 3 (três)**

- 11.3. A pontuação da NOTA FINAL CLASSIFICATÓRIA será considerada com duas casas decimais, desprezando-se o milésimo do resultado dos cálculos efetuados.
- 11.4. As propostas serão classificadas na ordem decrescente de sua NOTA FINAL CLASSIFICATÓRIA, sendo considerada vencedora, a LICITANTE cuja proposta obtiver a maior NOTA FINAL CLASSIFICATÓRIA.

11.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas serão observados os critérios estabelecidos no artigo art. 60 da Lei Federal n. 14.133/2021.

11.6 A Comissão dará ciência dos resultados aos interessados em sessão pública, previamente agendada, em publicação no Portal da Transparência do Município e Portal Comprasbr.



12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação, a proponente deverá apresentar a documentação requerida, em campo próprio, devidamente disponível, sob pena de inabilitação, remetida obrigatoriamente via sistema eletrônico de licitações, de forma "on-line", no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.

12.2. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do RG e CPF do representante legal da Empresa;
- b) Tratando-se de procurador, apresentar procuração por Instrumento Público ou Particular;
- c) Contrato social, ou documento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- e) Certidão simplificada, expedida pela junta comercial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com validade não superior a 60 dias após a emissão;
- f) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.3. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.

12.4. PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias;
- b) Demonstrações contábeis (balanço patrimonial) referentes aos exercícios de 2022 e 2023, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);
 - b2) Para comprovação da letra "b", as empresas que adotarem o **SPED Contábil** (Sistema Público de Escrituração Digital) poderão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial (arquivo transmitido por meio do SPED), com termos de abertura e encerramento, e ainda, o recibo gerado pelo SPED;
 - b3) Não serão aceitos balancetes não registrados.**
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

período de existência da sociedade, com a apresentação do termo de abertura, devidamente registrado.

- d) Os índices financeiros (Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), apresentados no balanço patrimonial **deverão ser maiores do que 1**, exceto, o (E) Índice de Endividamento **deverá ser menor que 1**. Esses índices deverão constar no balanço.
- e) O patrimônio líquido deverá corresponder à **10% do valor da contratação**.
- f) **As empresas em consórcio** que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), (E) Índice de Endividamento maior que 1, deverão comprovar patrimônio líquido de 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação.
 - e1) O disposto na alínea anterior não se aplica aos consórcios compostos em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno, conforme disposto §2º do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

12.5. PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.5.1. Indicação do responsável técnico ou equipe de profissionais responsáveis técnicos que participarão da condução dos serviços, conforme Anexo VI.

- a) O(s) responsável(eis) técnico(s) deve(m) por assinatura de aceite na declaração constante do anexo VI.

12.5.2. Declaração de visita técnica, conforme modelo anexo VII.

12.5.3. Declarações conjuntas, conforme modelo Anexo V.

12.5.4. Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

12.5.5. Prova de registro do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA a/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou junto ao respectivo conselho de classe

12.5.6. Comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente.

12.5.7. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser realizada por meio contrato social ou documento equivalente, ou ainda, pelo registro do CREA da proponente, caso o sócio seja o responsável técnico da empresa.

12.6. Julgamento da Habilitação:

- ✓ **Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital. Caso não tenham sido anexados no momento do cadastro e envio das propostas, serão solicitados ao licitante melhor classificado nas análises das propostas técnicas e de preços, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação. A prorrogação de prazo para o envio da documentação deverá ser solicitada pelo licitante antes do término do prazo inicial e aceita pelo Agente de Contratação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 12.6.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.6.2. Os documentos deverão ser apresentados com assinatura digital ou certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, dessa forma, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 12.6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 12.6.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 12.6.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.6.7. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 12.6.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 12.7. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de Contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 12.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. **A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 minutos, sob pena de preclusão;**
- 13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em **campo próprio do sistema**, e **excepcionalmente** no endereço eletrônico **licitacaopontaldoparana23@outlook.com**, **se houver problemas técnicos ou de conexão**, nesse caso a licitante deve informar via chat a hora e data do envio.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do portal de transparências da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

14. DA HOMOLOGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
- 14.2. A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição/contratação do objeto licitado

15. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- 15.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.
- 15.2. A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail).
- 15.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 15.5. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 10.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
 - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6. As convocações de que tratam os subitens 10.4 e 10.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).
- 15.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.
- 15.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 10.4.
- 15.9. No caso de rescisão do contrato, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 10.4 e 10.5.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 16.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 16.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, se for o caso;
- 16.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 16.1.5. Fraudar a licitação
- 16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 16.2.1. advertência;
 - 16.2.2. multa;
 - 16.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 16.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DA VIGENCIA E PRORROGAÇÃO

- 17.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL por até 60 meses (05 anos)**, na forma dos [artigos 105 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), observando o cumprimento dos seguintes requisitos:
- I. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - II. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - III. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
 - IV. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- V. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- VI. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- VI.1 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal de Transparências do Município de Pontal do Paraná.
- 18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - Documento integrante do termo de referência

Anexo II - Termo de Referência

Anexo III – Modelo de apresentação da proposta técnica

Anexo IV – Modelo de apresentação da proposta de preços

Anexo V – Declarações conjuntas

Anexo VI – Declaração de responsabilidade técnica

Anexo VII – Declaração de visita técnica

Anexo VIII – Minuta do contrato

Pontal do Paraná, 14 de outubro de 2024.

AUREA MUNHOZ

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DECRETO Nº 11.332/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO.....Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2024

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
DOCUMENTO INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA E MEMORIAL DESCRITIVO

SERÃO PUBLICADOS EM DOCUMENTO ANEXO AO EDITAL E FAZEM PARTE
INTEGRANTE DO EDITAL INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 012/2024

ANEXO III
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

EMPRESA:.....CNPJ:.....
TELEFONE:..... E-MAIL:.....
ENDEREÇO:.....
DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO:.....
BANCO:..... AGÊNCIA:.....CONTA CORRENTE Nº:.....

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA COM COMPLEMENTARES, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UNIDADES LINEARES (PUL) AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO / DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (PR).

O signatário da presente, em nome da empresa, declara que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome e que está ciente das informações e exigências para a apresentação e análise da proposta técnica.

- a) Devem ser informadas as parcelas de maior relevância e valor significativo citadas no edital.
- b) Para clara identificação, as parcelas devem ser destacadas nos atestados e CATs.
- c) O resultado final será considerado com 2 casas decimais, mediante arredondamento

Localidade, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

MODELO A

LICITAÇÃO Nº 12/2024

QUADRO-RESUMO – CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE

CONSIDERAR PARA O ATESTADO	EMPRESA CONTRATANTE	Nº DO ATESTADO	Nº DA ART	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	CNPJ DA CONTRATANTE PRINCIPAL	SERVIÇO EM CONSÓRCIO – INDICAR %	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 1	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 2	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 3	PÁGINA
1										
1a										
1b										
1n										
2										
2a										
2n										
3										
3a										
3n										
...										
n										



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

MODELO B

LICITAÇÃO Nº 12/2024

QUADRO RESUMO - COMPOSIÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

FUNÇÃO	NOME DO PROFISSIONAL	DATA DE FORMATURA	TEMPO DE FORMADO (EM ANO E MESES)	TÍTULO	PÁGINA DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULO
FUNÇÃO 1					
FUNÇÃO 2					
FUNÇÃO n					

Descrição Profissional – Função 1 : (indicar o nome do profissional) (apresentar este quadro para cada profissional da equipe técnica mínima)

CONSIDERAR PARA O ATESTADO	EMPRESA CONTRATANTE	Nº DO ATESTADO	Nº DA CAT	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	CNPJ DA CONTRATANTE PRINCIPAL	SERVIÇO EM CONSÓRCIO – INDICAR %	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 1	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 2	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA 3	PÁGINA
1										
1a										
1n										
2										
2a										
2n										
3										
3a										
3n										
4										
4a										
4n										
...										
n										



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

ANEXO IV

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA:.....CNPJ:.....
TELEFONE:..... E-MAIL:.....
ENDEREÇO:.....
DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO:.....
BANCO:..... AGÊNCIA:.....CONTA CORRENTE Nº:.....

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA COM COMPLEMENTARES, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UNIDADES LINEARES (PUL) AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO / DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (PR).

O signatário da presente, em nome da empresa propõe o preço total final de R\$ _____ (_____), para a execução do objeto da presente Licitação, tendo como base de preço a data da referência orçamentária editalícia.

Concorda com os prazos para entrega dos serviços, em dias consecutivos, de acordo com este edital e do Termo de Referência.

Está ciente de que o prazo de validade da proposta de preços é de 180 dias a contar da data determinada para a abertura da Licitação.

Declara que todos os custos diretos e indiretos estão incluídos no preço acima proposto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Quando solicitado, compromete-se a apresentar documentação comprobatória quanto à exequibilidade da proposta.

Declara que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante legal, não cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Localidade, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF



PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

ANEXO V

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do CPF nº xxxxxx, para fins de participação no procedimento licitatório, referente ao Pregão em epígrafe, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, e:

1. Declara que está ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que **cumpro plenamente os requisitos de habilitação** definidos no edital;
2. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. Declaro ainda que não possuo, no ano calendário da realização da licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de **enquadramento como empresa de pequeno porte**;
3. Declara sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. Declara para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega menor de 16 (dezesseis) anos**, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.;
5. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando **trabalho degradante ou forçado**, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
6. Declara sob as penas da Lei, que cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT;
7. Declara que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de **acessibilidade** previstas na legislação;
8. Declara para os devidos efeitos e sob penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista e que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
9. Que assume inteira **RESPONSABILIDADE** pela autenticidade de todos os documentos apresentados, compromete-se a manter, durante a execução do Contrato, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e Anexos deste pregão.

- 10. Declaração de sustentabilidade ambiental:** Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, supracitado, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso minha empresa exerça** uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Localidade, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

Essa declaração deverá ser inserida no sistema em conjunto com a proposta final da empresa vencedora e demais documentos solicitados pelo pregoeiro(a).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O abaixo assinado, _____, Identidade n.º _____, CPF Nº _____ na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.S^{as}. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), de acordo com as Resoluções n.º 218 e n.º 317 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, ou com a legislação do respectivo conselho de classe, caso venha a vencer a referida licitação.

Profissionais da Equipe Técnica Mínima

1. Engenheiro

Nome:

CREA:

Assinatura:

2. Engenheiro

Nome:

CREA:

Assinatura:

3. Engenheiro

Nome:

CREA:

Assinatura:

n. Engenheiro

Nome:

CREA:

Assinatura

Demais Profissionais da Equipe Técnica

Profissional

Nome:

Conselho de Classe / nº de inscrição:

Assinatura:

Profissional

Nome:

Conselho de Classe / nº de inscrição:

Assinatura:

Localidade, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

ANEXO VII
TERMO DE VISTORIA

A empresa, _____, por intermédio do seu representante legal, _____, portador(a) do CPF nº _____, declara que:

- ☐ Compareceu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, vistoriou o local, tomando plena ciência de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.
- ☐ Renunciou a vistoria in loco, porém possui pleno conhecimento das condições e que não alegará desconhecimento das condições como justificativa para se eximir das obrigações assumidas.

Assinale com um X um dos quadrinhos acima, referente à realização ou à renúncia da vistoria.

Localidade, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO..... Nº 220/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ...Nº 12/2024

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxx, NAS CONDIÇÕES ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Rudisney Gimenes Filho, Portador da Cédula de Identidade Civil nº 776.674.3-1 e CPF nº 055.717.339-69, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à Rua, nº, Cidade de, Estado de, telefone nº (....), E-mail:doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 220/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 12/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O presente contrato tem por objeto “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA COM COMPLEMENTARES, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UNIDADES LINEARES (PUL) AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO / DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (PR)**”, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desse instrumento, assim como as propostas cujos preços tenham sido apresentados, independentemente de transcrição.

1.1. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da contratado, contendo planilha orçamentária e o cronograma físico financeiro;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1. Plano de Trabalho

- 2.1.1. Após a assinatura da Ordem de Serviço, até o prazo de 20 (vinte) dias corridos, a Contratada deve apresentar, à área gestora do empreendimento, para análise e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- aprovação, o Plano de Trabalho descrevendo de forma sucinta e objetiva, como pretende desenvolver suas atividades no cumprimento do Contrato firmado.
- 2.1.2. O Plano de Trabalho deve abranger todas as UNIDADES constantes do Objeto desta contratação, com no mínimo, os itens indicados abaixo para cada UNIDADE, cumprindo o cronograma físico e financeiro GERAL da contratação (com os marcos intermediários).
- 2.1.3. Descrever sucintamente como pretende executar o Contrato (ou por meio de quadros resumos), indicando:
- a. Elementos e materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos;
 - b. Quadro resumo com número de frentes de trabalho conforme necessidade de alocação dos profissionais da equipe mínima de trabalho;
 - c. Gerenciamento (forma/controle) pela Contratada dos serviços a serem terceirizados, quando houver.
 - d. E, incluir os assuntos discutidos e acordados na reunião de início de contrato pertinentes ao Plano de Trabalho;
 - e. Relação e documentos dos profissionais da equipe própria e comprovantes do vínculo empregatício conforme exigido no edital de licitações;
 - f. Relação e documentos das empresas e/ou profissionais para a realização dos serviços técnicos especializados que necessitem de terceirização para apreciação e aprovação (se houver) e quando aprovadas apresentar os comprovantes do vínculo conforme exigido no edital de licitações;
 - g. Cronograma Físico e Financeiro para cada UNIDADE, quando houver;
 - h. Cronograma físico e financeiro GERAL da contratação, com os marcos intermediários.
- 2.1.4. Para as UNIDADES, realizar o detalhamento do cronograma físico de acompanhamento em etapas características de fácil identificação, apresentando no mínimo as macro atividades contidas no item 5.2 deste termo de referência e observar obrigatoriamente os Marcos Intermediários, estabelecidos no cronograma apresentado pelo Município de Pontal do Paraná / Sanepar, considerando as atividades que devem ser desenvolvidas em sequência executiva e/ou simultâneas.
- 2.1.5. O Plano de Trabalho entregue será analisado pelo Município de Pontal do Paraná / Sanepar. Somente será considerado concluído após análise, correção pela Contratada e aprovação pelo Município de Pontal do Paraná / Sanepar. O Plano de Trabalho aprovado passa a fazer parte do Contrato.
- 2.1.6. A contratada tem o prazo de 5 (cinco) dias corridos para efetuar as adequações do Plano de Trabalho e entregar ao Município de Pontal do Paraná / Sanepar para aprovação final.
- 2.1.7. O não cumprimento ao estabelecido acima será fator impeditivo para realização do processo de medição e faturamento do contrato.


2.2. Do prazo de execução

- 2.2.1. O prazo de execução dos serviços é de 270 dias e terá início no dia ou primeiro dia útil, imediatamente posterior à emissão da Ordem de Serviço.
- 2.2.2. O controle físico do andamento dos serviços será efetuado de acordo com as etapas estabelecidas no cronograma.
- 2.2.3. Os serviços cujos marcos de início não estão definidos pelo Município de Pontal do Paraná / Sanepar, são livres para o planejamento executivo da Contratada e devem ser apresentados no Plano de Trabalho conforme item 12.3 do termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

CRONOGRAMA FÍSICO



ITEM	ATIVIDADE	MARCOS INTERMEDIÁRIOS		DIAS											
		INÍCIO (dias)	TÉRMINO (dias)	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	315	
1	PBEN - PONTAL DO PARANÁ	*	*												
1.1	PLANO DE ESGOTAMENTO DOS POLÍGONOS	*	*												
1.1.1	Entrega do Plano de Esgotamento dos polígonos / Análise do Sistema	*	60												
1.1.2	Aprovação do Plano de Esgotamento dos polígonos	*	*												
1.2	ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E COMPLEMENTARES	*	*												
1.2.0	Apresentação de elementos de legalização das UC Localizadas	*	120												
1.2.1	Entrega PBEN Hidráulico e Complementares das UC Localizadas - lançado no SPO, cotações e licenças	*	210												
1.2.2	Aprovação PBEN Hidráulico e Complementares das UC Localizadas	*	*												
2	PUL - Pontal do Paraná	*	*												
2.1	Conclusão de todos os levantamentos topográficos	*	180												
2.2	Conclusão de todas as sondagens	*	*												
2.3	Entrega PUL Iracemá/Monções - Peças Gráficas, OSE, Sondagem, Relatório de Interferências, Projetos aprovação travessias e paralelismo, projeto de MND, elementos de legalização, inventário florestal, relatório dispensa de outorga, orçamento, memória de cálculo dos quantitativos, cotação e planilhas de quantificação de serviços e materiais	*	270												
2.4	Entrega PUL Jacarandá - Peças Gráficas, OSE, Sondagem, Relatório de Interferências, Projetos aprovação travessias e paralelismo, projeto de MND, elementos de legalização, inventário florestal, relatório dispensa de outorga, orçamento, memória de cálculo dos quantitativos, cotação e planilhas de quantificação de serviços e materiais	*	270												
2.5	Entrega PUL Canoas - Peças Gráficas, OSE, Sondagem, Relatório de Interferências, Projetos aprovação travessias e paralelismo, projeto de MND, elementos de legalização, inventário florestal, relatório dispensa de outorga, orçamento, memória de cálculo dos quantitativos, cotação e planilhas de quantificação de serviços e materiais	*	270												
2.6	Entrega PUL Marissol - Peças Gráficas, OSE, Sondagem, Relatório de Interferências, Projetos aprovação travessias e paralelismo, projeto de MND, elementos de legalização, inventário florestal, relatório dispensa de outorga, orçamento, memória de cálculo dos quantitativos, cotação e planilhas de quantificação de serviços e materiais	*	270												
2.7	Aprovação PUL Iracemá/Monções, Jacarandá, Canoas, Marissol	*	*												
3	ENTREGA FINAL DIGITAL E IMPRESSA - PBEN + PUL	*	*												

2.3. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 2.3.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar a garantia de execução do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, impostergável em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na Unidade Gestora do contrato.
- 2.3.2. Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária.
- a) No caso de garantia em dinheiro, a **CONTRATADA**, depositará na Tesouraria da Prefeitura Municipal, a importância correspondente, a qual será atualizada monetariamente.
- b) No caso de Garantia em cheque, somente será aceito pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, cheque administrativo.
- 2.4. Demais informações sobre a execução do serviço conforme o termo de referências e memorial descritivo, documentos integrantes do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 18.12. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL por até 60 meses (05 anos)**, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observando o cumprimento dos seguintes requisitos:

- VII. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- VIII. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- IX. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- X. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- XI. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- XII. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
 - VI.1 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 7.1 A solicitação de pagamento deverá ser realizada por meio do sistema de PROTOCOLO através do site da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Anexando a Nota Fiscal/Nota Fatura e demais documentos pertinentes ao pagamento.
- 7.2. Para solicitar o pagamento, utilize o link:
<https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=pontaldoparana>.
 - a) Após entrar no link, clicar em **Protocolos**.
 - b) As empresas que não tiverem cadastro no site da prefeitura, poderão efetuar através deste mesmo link.
 - c) Selecionar o assunto Pagamento / fornecedores. Pagamento vinculado à Secretaria Municipal solicitante.
- 7.3. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado (CND municipal);
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

7.4. A Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados **diretamente envolvidos na execução do serviço**, conforme artigo 50 da Lei 14.133, como segue:

- I. Registro de ponto;
- II. Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- III. Comprovante de depósito do FGTS;
- IV. Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional (se houver);
- V. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato (se houver);
- VI. Recibo de pagamento de vale-transporte e vale alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

7.4. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deverá informar a modalidade e número da licitação, empenho e dados bancários, Conta Corrente, Agência e Banco. A informação dos dados bancários é de inteira responsabilidade da contratada, a contratante não se responsabiliza por dados informados erroneamente. Essa informação deverá constar em todas as notas fiscais emitidas. Caso a informação não conste na nota fiscal, o gestor do contrato do contrato devolverá a nota para correção e o pagamento ficará pendente até a regularização.

7.5. A contratante ao realizar o pagamento à contratada, deverá efetuar as retenções conforme o disposto no DECRETO MUNICIPAL Nº 10.803, DE 23 DE JANEIRO DE 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 9.2. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela da execução do objeto, efetivamente realizado no período, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.6. Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada deverá ser comunicada para correção da nota fiscal.
- 9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro realizados pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 10.1. Assinar o contrato no prazo máximo de até 05 dias úteis, contados da convocação via e-mail.
- 10.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 10.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 10.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.10. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os documentos solicitados na cláusula sexta para a realização do pagamento.
- 10.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços nas melhores condições de segurança e disciplina.
- 10.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.20.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 10.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 10.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 10.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 10.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 10.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 10.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

- 11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa**:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

- a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específico, na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA MUNICIPAL	Projeto Atividade	CR	FR
Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	0900117512002010704490510000	860	3000
DESDOBRAMENTO	80.00 - ESTUDOS E PROJETOS		

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes (se houver), será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ([art. 117, § 1º, § 1º, § 1º](#))

15.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.1.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **XXXXXXXXXXXXXX**.

15.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Departamento de Compras e Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

- 17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

- 18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pontal do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 19.2 Assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 1 (uma) via de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.
- 19.3 Esse documento poderá ser assinado digitalmente e encaminhado por meio eletrônico, no e-mail licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br.

Pontal do Paraná, xx de xxx de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Contratante

XXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXX
Contratada

Gestor do Contrato: xxxxxxxxxxxx
Fiscal do Contrato: xxxxxxxxxxxx
Testemunha: **Victor Kuck**